



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 25212972

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 20487579

ID (PAC):

Documentação TRF1_DIENG_0042_2026 (24414632) - Classificação: Bens e serviços

Documentação TRF1_DIENG_0004_2026 (24698930) - Classificação: Serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra

A. Descrição sucinta da necessidade

Manutenção preventiva e corretiva em elevadores dos Edifícios Sede II e Edifício Adriana, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

B. Justificativa expressa para a contratação

A contratação é necessária para/porque (expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região possui sistemas de transporte vertical instalados nos edifícios Sede II e Adriana, os quais são essenciais para a circulação segura e eficiente de magistrados, servidores, colaboradores, usuários externos e para a acessibilidade aos pavimentos.

No Edifício Sede II, encontram-se instalados 03 (três) elevadores novos, da marca KONE, com capacidade de 900 kg, atendimento a 13 pavimentos e capacidade para 12 passageiros, cujo processo de modernização foi concluído recentemente, estando os equipamentos cobertos por **garantia mínima de 12 (doze) meses, com término previsto para 14 de agosto de 2026** (Contrato TRF1 n. 58/2023 - One Elevadores (19073577), Despacho 22836827 e Autorização 22952440). Após o encerramento do prazo de garantia, será necessário assegurar o funcionamento regular dos equipamentos e evitar a sua deterioração.

No Edifício Adriana, encontram-se instalados 02 (dois) elevadores da marca OTIS, com capacidade para 08 passageiros (560 kg) e atendimento a 06 (seis) paradas, atualmente vinculados a **contrato de manutenção que se encerra em 1º de dezembro de 2026** (Termo Aditivo n. 7 - Contrato 17/2021 (25149406)), sendo necessária a adoção de providências administrativas para garantir a continuidade do funcionamento regular dos equipamentos.

A necessidade da contratação decorre, portanto, da obrigação da Administração em manter os elevadores em condições adequadas de funcionamento, segurança e conformidade normativa, bem como de evitar a ocorrência de falhas operacionais e impactos negativos às atividades institucionais do TRF1.

Diante desse contexto, conclui-se que a futura contratação revela-se medida indispensável ao atendimento do interesse público, porquanto visa assegurar a continuidade, a segurança, a eficiência e a acessibilidade das instalações utilizadas diariamente por magistrados, servidores e jurisdicionados. A adoção tempestiva das providências administrativas pertinentes permitirá mitigar riscos de paralisação dos equipamentos, reduzir custos decorrentes de falhas ou intervenções emergenciais, preservar o patrimônio público e garantir a adequada prestação jurisdicional, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da economicidade e do planejamento que regem a Administração Pública.

A não contratação implicará (expor as consequências advindas da não contratação)

A não contratação implicará riscos relevantes à Administração, tais como a interrupção dos serviços de manutenção dos elevadores após o encerramento dos prazos contratuais e de garantia, a elevação da probabilidade de falhas operacionais, panes e paralisações dos equipamentos, comprometendo a segurança dos usuários e a acessibilidade aos pavimentos dos edifícios.

A ausência de manutenção adequada também pode resultar em degradação acelerada dos sistemas eletromecânicos, aumento de custos com reparos emergenciais, perda de confiabilidade dos equipamentos, responsabilização administrativa e civil do órgão em caso de acidentes, além de impacto direto na continuidade das atividades institucionais do TRF1.

C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais

A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes e metas institucionais no sentido de manter as edificações do TRF1 em bom estado de conservação e seus sistemas prediais em perfeito funcionamento com o menor custo possível.

Atende também ao Programa de Manutenção de Bens Imóveis e condições de funcionamento das instituições, como forma de assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais.

Ainda, a necessidade de realizar a manutenção preventiva e corretiva em elevadores instalados nos Edifícios Sede II e Adriana, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, está em consonância com o Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026 ([link de acesso](#)), associando-se aos macrodesafios "Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária" e "Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira".

A demanda encontra-se no conjunto de atividades previstas para atendimento ao Plano de Contratações Anual PCA - 2026 - Documentação TRF1_DIENG_0042_2026 (24414632) - RDO Nova 253 e Documentação TRF1_DIENG_0004_2026 (24698930).

D. Proposta de solução

D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado

Solução nº	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta (órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores etc.)	Link das consultas (doc. SEI)
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, com fornecimento de peças.	Banco de Preços, pesquisa pública, contrato atual e fornecedores	Banco de Preços 24992258, SJRJ 24891087, IG Elevadores 24888629, MPSP 24996176, PM-BA 24996188, Habitare 24888618, SJRJ 24891326, Secretaria de Planejamento - PE 24996832, Secretaria de Fazenda -

			MG 24891262, CFM 24891313, Procuradoria Regional de Sorocaba 24891242
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, com reposição de peças sob demanda.	Banco de Preços, pesquisa pública, contrato atual e fornecedores	IG Elevadores 24888629, Habitare 24888618, SDC-SC 24951613
3	Aquisição/modernização de elevadores	Substituição tecnológica integral dos elevadores do Ed. Sede II do TRF1	Contrato TRF1 n. 58/2023 - One Elevadores (19073577)

Justificativa técnica para descarte das Soluções 2 e 3	
<p>Sob o enfoque estritamente técnico, justifica-se o descarte das Soluções 2 e 3, por não apresentarem a aderência às necessidades operacionais de assegurar a disponibilidade, segurança, confiabilidade e desempenho dos sistemas de transporte vertical instalados nos Edifícios Sede II e Adriana.</p> <p>Os elevadores constituem sistemas eletromecânicos de alta criticidade operacional, essenciais à circulação interna de magistrados, servidores, colaboradores, visitantes e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Trata-se de equipamentos cujo funcionamento regular depende de rotinas periódicas de inspeção, ajustes, lubrificação, calibração, testes de segurança e substituição tempestiva de componentes sujeitos a desgaste natural ou falhas imprevisíveis, tais como sensores, placas eletrônicas, inversores, botoeiras, fechaduras, operadores de porta, cabos de aço, contatos elétricos e dispositivos de comando. Nessas condições, a estratégia contratual deve privilegiar a pronta resposta técnica e a recomposição imediata da funcionalidade dos equipamentos.</p> <p>Nesse contexto, a Solução 2 - manutenção com reposição de peças sob demanda - embora permita a segregação formal entre custos de mão de obra e materiais, mostra-se tecnicamente inferior para equipamentos dessa natureza. Isso porque a necessidade de instauração de procedimentos administrativos específicos para autorização, cotação, aquisição ou aprovação de cada peça relevante tende a introduzir intervalos incompatíveis com a urgência frequentemente exigida nas manutenções corretivas. Em sistemas de transporte vertical, mesmo falhas pontuais podem acarretar interdição total do equipamento, redução da capacidade de atendimento predial, filas, sobrecarga dos demais elevadores e comprometimento da acessibilidade.</p> <p>Além disso, a manutenção dissociada do fornecimento de peças fragmenta a cadeia de responsabilidades técnicas. A contratada pela mão de obra poderá condicionar a solução definitiva à disponibilização posterior de materiais pela Administração, dificultando a aferição objetiva de desempenho, a responsabilização por atrasos e a gestão de níveis de serviço. Também há perda de eficiência diagnóstica, pois a empresa mantenedora deixa de atuar com autonomia técnica plena para selecionar, substituir e testar imediatamente os componentes necessários à restauração segura do equipamento. Em síntese, embora juridicamente possível em abstrato, tal modelo não se mostra o mais apropriado para elevadores em operação contínua e com necessidade de elevada disponibilidade.</p> <p>A Solução 3 - aquisição de novos elevadores ou modernização integral - igualmente não se sustenta tecnicamente no cenário atual. No Edifício Sede II, os equipamentos passaram recentemente por processo de modernização com substituição integral, encontrando-se tecnologicamente atualizados, em fase regular de operação e ainda cobertos por garantia/assistência técnica até agosto de 2026. Assim, nova intervenção estrutural neste momento configuraria duplicidade técnica de investimentos, sem ganho funcional proporcional e sem demonstração de obsolescência superveniente, insuficiência operacional ou inviabilidade de manutenção.</p> <p>Quanto ao Edifício Adriana, os elevadores apresentam funcionamento satisfatório e baixo histórico de chamados corretivos relevantes, inexistindo evidências técnicas de colapso operacional, risco sistêmico, indisponibilidade recorrente ou incapacidade de atendimento da demanda predial que justifiquem substituição integral ou modernização ampla. Na ausência de diagnóstico técnico conclusivo que recomende retrofit ou troca completa, a medida seria prematura e dissociada do princípio da intervenção mínima necessária à preservação do ativo existente.</p> <p>Ressalte-se, ainda, que a boa prática de gestão de ativos recomenda a substituição integral de equipamentos apenas quando caracterizadas, de forma objetiva, hipóteses como: inviabilidade econômica de manutenção, indisponibilidade crônica de peças, obsolescência crítica, falhas recorrentes não sanáveis, risco à segurança ou incapacidade operacional persistente. Tais circunstâncias não se verificam, no presente momento, de forma suficiente e comprovada nos equipamentos analisados.</p> <p>Por sua vez, a Solução 1 permite atuação técnica integrada e contínua, combinando manutenção preventiva programada, atendimento corretivo, reposição imediata de componentes e responsabilização única da contratada pelo restabelecimento da operação, com maior previsibilidade de desempenho e menor tempo de indisponibilidade. O modelo também favorece a gestão por indicadores objetivos, como tempo de resposta, tempo de reparo, reincidência de falhas e disponibilidade mensal dos elevadores.</p> <p>Diante desse conjunto de elementos, conclui-se que, sob a perspectiva exclusivamente técnica, a manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças incorporado ao contrato assegura continuidade do serviço, preservação do ciclo de vida dos equipamentos e adequada relação entre intervenção necessária e estado real dos ativos. Por essa razão, é a solução apta a prosseguir para a análise econômica no tópico subsequente, D.2.</p>	

D.2. Estimativa de preços das soluções encontradas										
Solução 1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, com fornecimento de peças.										
<p>Com o objetivo de subsidiar a análise de viabilidade da contratação e garantir o adequado planejamento da despesa pública, foi realizada estimativa preliminar de preços para a solução escolhida, conforme demonstrado na Informação Conclusiva - Valor Estimado da Contratação 25213046. O detalhamento da estimativa pode ser consultado no referido documento.</p> <p>Para refletir a contratação com adjudicação por grupo, a tabela de itens deve permitir a formação de um único grupo, no qual todos os itens compõem o objeto e serão adjudicados conjuntamente ao mesmo vencedor.</p> <p>Sendo o planejamento voltado à contratação quinquenal, a tabela de itens deve refletir a vigência total de 60 meses.</p> <p>Portanto, o valor total quinquenal estimado para esta contratação é de R\$</p>										
Grupo	Item	Código Siasg BR	Código Sicam	Descrição	Unidade de medida	Qtd.	Valor estimado unit. mensal (R\$)	Valor estimado total mensal (R\$)	Valor estimado total anual (R\$)	Valor estimado total quinquenal (60 meses) (R\$)

1	1	BR0003557 - Instalação / Manutenção - Elevadores Rolantes, Monta - cargas / Plataforma / Escadas	A definir	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de elevadores Marca/Modelo OTIS LVF OV20 95550CC, 06 paradas, capacidade de 560 KG, para 08 passageiros, instalados no Ed. Adriana do TRF1.	und./mês	2				
	2	BR0003557 - Instalação / Manutenção - Elevadores Rolantes, Monta - cargas / Plataforma / Escadas	A definir	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de elevadores Marca/Modelo KONE N Minispace, 13 paradas, capacidade de 900kg, para 12 passageiros, instalados no Ed. Sede II do TRF1.	und./mês	3				
TOTAL (ITENS 1 + 2)										
										R\$

D.3. Razões da escolha da melhor solução (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)

A Solução 1 é a única que atende técnica e economicamente ao Tribunal.

Considerando os aspectos técnicos indicados no tópico D.1 e os econômicos analisados no D.2, conclui-se que a Solução 1 (Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, com fornecimento de peças) apresenta maior aderência aos requisitos institucionais, destacando-se pelos seguintes fatores:

i) **continuidade operacional dos equipamentos**, mediante cobertura integral de manutenção preventiva e corretiva, reduzindo riscos de paralisação e assegurando o funcionamento regular dos elevadores indispensáveis à circulação de magistrados, servidores, colaboradores e usuários externos;

ii) **pronta reposição de componentes**, com absorção contratual do desgaste natural de peças e de falhas eletromecânicas ou eletrônicas, evitando interrupções decorrentes de processos administrativos autônomos para cada substituição necessária;

iii) **maior confiabilidade e segurança operacional**, uma vez que a manutenção integrada permite atuação preventiva sistemática, correções tempestivas e preservação do padrão de desempenho dos sistemas de transporte vertical;

iv) **simplificação da gestão contratual**, ao concentrar em uma única contratação a responsabilidade pela mão de obra especializada, fornecimento de peças, diagnósticos, reparos e rotinas de manutenção, reduzindo esforços administrativos de fiscalização e instrução de demandas fragmentadas;

v) **economicidade global**, pois a contratação integrada tende a reduzir custos indiretos associados a paralisações prolongadas, contratações emergenciais, aquisições avulsas de peças e deterioração prematura dos equipamentos por ausência de manutenção adequada;

vi) **adequação ao estágio atual dos equipamentos**, considerando que os elevadores do Edifício Sede II passaram recentemente por modernização integral, demandando apenas manutenção especializada após o término da garantia, e que os elevadores do Edifício Adriana permanecem operacionais, sem indicativos técnicos que justifiquem substituição integral;

vii) **possibilidade de unificação contratual**, permitindo o atendimento conjunto dos Edifícios Sede II e Adriana em modelo escalonado, compatível com o encerramento da garantia técnica do primeiro e do contrato vigente do segundo, racionalizando custos e padronizando a execução dos serviços; e

viii) **maior previsibilidade orçamentária**, mediante remuneração periódica previamente estimada, com melhor capacidade de planejamento financeiro e redução de despesas extraordinárias imprevisíveis.

Por outro lado, as Soluções 2 e 3 foram descartadas por não apresentarem aderência adequada às necessidades operacionais dos sistemas de transporte vertical dos Edifícios Sede II e Adriana. A Solução 2, consistente na manutenção com fornecimento de peças sob demanda, tende a comprometer a prontidão das intervenções corretivas, em razão da necessidade de procedimentos administrativos específicos para aquisição e autorização de componentes, o que pode prolongar a indisponibilidade dos elevadores e fragmentar a responsabilidade técnica pela recomposição do sistema. Já a Solução 3, relativa à aquisição ou modernização integral dos equipamentos, mostra-se inadequada no cenário atual, considerando que os elevadores do Edifício Sede II foram recentemente modernizados e permanecem cobertos por garantia/assistência técnica até agosto de 2026, enquanto os elevadores do Edifício Adriana apresentam funcionamento satisfatório e baixo índice de falhas relevantes, inexistindo evidências técnicas de obsolescência crítica, inviabilidade de manutenção ou necessidade de substituição integral.

Dessa forma, a Solução 1 revela-se a alternativa mais vantajosa e eficiente para a Administração, por conciliar segurança, continuidade, desempenho, racionalização administrativa e melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo contratual pretendido.

D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Sob a ótica técnica e operacional, entende-se adequada a adoção de julgamento por **grupo único**, contemplando os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores dos Edifícios Sede II e Adriana, com fornecimento de peças, em razão da elevada similaridade técnica dos serviços e da conveniência administrativa de sua execução integrada. Embora os serviços possam ser individualmente mensurados e executados por equipamento ou por edificação, verifica-se que possuem mesma natureza, metodologia executiva, especialização técnica, regime de atendimento e forma de fiscalização, circunstâncias que recomendam sua contratação conjunta.

Nesse contexto, conclui-se pelo **não parcelamento do objeto**, uma vez que a divisão da contratação em itens independentes ou em múltiplos contratos não apresenta vantagem técnica ou econômica relevante para a Administração. Ao contrário, o parcelamento poderia acarretar perda de padronização dos procedimentos de manutenção, fragmentação da responsabilidade técnica, multiplicidade de rotinas operacionais e aumento da complexidade da fiscalização contratual, especialmente diante da necessidade de acompanhamento contínuo do desempenho dos sistemas de transporte vertical por uma única unidade administrativa.

Os serviços abrangidos compreendem atividades contínuas e correlatas de manutenção de elevadores, envolvendo inspeções periódicas, ajustes, testes operacionais, atendimento corretivo, substituição de componentes e suporte técnico especializado, os quais demandam integração operacional e uniformidade de atendimento. A execução por uma única contratada favorece a adoção de rotinas técnicas homogêneas, rastreabilidade das intervenções, consolidação dos registros de manutenção e definição inequívoca

de responsabilidade técnica sobre o funcionamento dos equipamentos.

Além disso, a contratação conjunta possibilita racionalização de recursos operacionais e administrativos, com potencial economia de escala decorrente da otimização de mobilização de equipes, logística, ferramental, estrutura técnica e estoque mínimo de peças. Tal modelagem tende a proporcionar propostas mais vantajosas ao Tribunal, sem prejuízo da competitividade, especialmente porque os serviços possuem características padronizadas e compatíveis com a atuação ordinária de empresas especializadas no segmento de manutenção de elevadores.

Ressalte-se que o agrupamento não decorre de dependência técnica absoluta entre os itens, mas da conveniência técnica e econômica de execução integrada de serviços de mesma natureza e características semelhantes, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e padronização administrativa. A eventual segregação por item poderia gerar sobreposição de estruturas de atendimento, divergência de procedimentos técnicos, dificuldades na uniformização dos níveis de serviço e conflitos quanto à responsabilização por falhas operacionais, sobretudo em situações que demandem atuação corretiva imediata.

Adicionalmente, a reunião dos serviços em grupo único mostra-se compatível com as práticas usuais do mercado especializado, ampliando a atratividade econômica do certame em razão do volume consolidado da contratação e do horizonte continuado de execução. Não se vislumbra, no caso concreto, restrição indevida à competitividade, uma vez que o objeto permanece acessível a empresas do ramo com capacidade técnica compatível com o porte da contratação.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto e a adoção de adjudicação por grupo único representam solução tecnicamente adequada e administrativamente mais eficiente para atendimento da necessidade institucional, conciliando padronização da execução, simplificação da fiscalização, racionalização de custos operacionais e adequada gestão contratual.

D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível em que cada item ou lote de licitação tiver valor estimado superior a R\$ 80.000,00)

Não se aplica.

E. Requisitos da solução escolhida

E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)

DA ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES:

1. Ao analisar a contratação anterior do objeto, verificou-se que o TRF1 possui em seu histórico os seguintes contratos:

- Contratações dos elevadores do Edifício Adriana:

Contrato	Empresa	Descrição	Observação	Data de vencimento	Local	Valor mensal (R\$)	Valor total anual (R\$)	Valor Global do Contrato (R\$)	Doc. Sei
Contrato TRF1 n. 17/2021 - Nordeste Comércio e Serviços Ltda-EP (13019480)	NORDESTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP , inscrita no CNPJ/MF sob n. 07.300.179/0001-41	Manutenção preventiva e corretiva em elevadores	Com fornecimento de peças	1º/12/2026	Edifício Sede I e II, Edifício Adriana			(atualizado conforme termo aditivo)	Termo Aditivo n. 7 - Contrato 17/2021 (22325605)

- Contratações dos elevadores do edifício Sede II:

Contrato	Empresa	Descrição	Observação	Data de vencimento	Local	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Doc. Sei
Contrato TRF1 n. 58/2023 - One Elevadores (19073577)	ONE ELEVADORES LTDA. , inscrita no CNPJ/MF 02.633.335/0001-72	Substituição tecnológica integral de 03 (três) elevadores, com garantia/assistência técnica	Modernização	14/08/2026	Edifício Sede II			Despacho 22836827 e Autorização 22952440; Apostilamento n. 5 - Contrato 58/2023 (23184180)

2. Não foram identificadas a necessidade de realização de alterações no planejamento ou falhas a serem corrigidas na nova contratação. Cumpre salientar que, quanto ao Ofício nº 11.2023 - Resposta a Impugnação 01 (18640895), na parte que compete à Divisão de Engenharia e exclusivamente quanto ao objeto "manutenção", não verificamos a necessidade de ajustes no atual planejamento, tendo em vista que há previsão da possibilidade de prorrogação justificada dos prazos de reparo e da responsabilidade da contratada pela guarda de materiais, bem como de que a contratada assumirá a manutenção de todos os elevadores, o que excluirá a intervenção/aceso de terceiros para efetuar qualquer tipo de serviço nos equipamentos, salvo aqueles previamente autorizados mediante subcontratação.

REQUISITOS QUALITATIVOS

Trata-se da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em elevadores dos edifícios Sede II e Adriana do TRF1

O serviço possui natureza continuada, sendo indispensável seu fornecimento para a execução dos trabalhos do órgão, mantendo as condições técnicas e os preços vantajosos para a Administração. Desta forma, o prazo para execução dos serviços e de vigência do contrato deverá ser de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura, prorrogável por sucessivos períodos até completar o total de 10 (dez) anos.

A previsão da possibilidade de prorrogação contratual se justifica em razão de o objeto se enquadrar como serviço de natureza contínua, tendo em vista que compreende a prestação do serviço (obrigação de fazer), sendo um serviço auxiliar, necessário ao órgão para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode vir a comprometer as atividades realizadas no Tribunal. Ademais, o órgão não dispõe de recursos humanos para o atendimento desses serviços. Assim, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores.

Nos termos do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, a contar da data de sua assinatura e nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/21, "Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes".

A contratação de uma empresa de manutenção por 5 (cinco) anos apresenta diversas vantagens em relação à contratação por 1 ano,

dentre as quais:

- **Eficiência:** A empresa contratada terá tempo suficiente para conhecer as instalações e os equipamentos, bem como para desenvolver um plano de manutenção adequado às necessidades do órgão. Isso resultará em um trabalho mais eficiente e eficaz, com menor risco de falhas e ocorrências.
- **Economia:** A contratação por um período mais longo pode gerar economia para o órgão, pois a empresa contratada terá condições de negociar preços melhores. Além disso, a empresa terá um incentivo maior para realizar um trabalho de qualidade, pois terá um contrato de longo prazo a cumprir.
- **Segurança:** A manutenção dos elevadores é essencial para garantir a segurança e o transporte adequado dos passageiros. A contratação por um período mais longo contribui para a redução de riscos de acidentes e incidentes.
- **Continuidade dos serviços:** A contratação por um período tão curto pode não ser suficiente para garantir a continuidade dos serviços de manutenção. A empresa contratada estará comprometida a fornecer os serviços de manutenção por um período de 5 anos, o que garante a continuidade dos serviços para o órgão.
- **Redução de burocracia:** A contratação por 5 anos evita a necessidade de realizar novos processos licitatórios a cada ano, o que reduz a burocracia e agiliza o fornecimento dos serviços.
- **Previsibilidade de custos:** A contratação por um período mais longo permite ao órgão prever os custos dos serviços de manutenção, o que facilita o planejamento financeiro.

O termo de referência deverá prever:

1. Manutenção Preventiva

1.1. A rotina de manutenção preventiva, destinada a prevenir ocorrências de quedas e defeitos dos elevadores, mantendo-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, incluindo as trocas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do equipamento, deverá observar, além do cronograma apresentado pela Contratada e o constante do Plano de Manutenção do Fabricante de cada elevador:

- a) A programação das intervenções de manutenção preventiva iniciar-se-á com o início da vigência do contrato.
- b) Deverá ser realizada 1 (uma) visita técnica mensal, marcada previamente com o Fiscal do Contrato, indicando o nome dos seus funcionários que irão realizar essa visita, os quais deverão portar cartão de identificação funcional e reportar-se ao Fiscal.
- c) A manutenção preventiva contemplará a limpeza, regulagem, ajuste e lubrificação dos equipamentos e o teste do instrumental elétrico e eletrônico, para segurança do uso normal das peças vitais, tais como máquina de tração, coroa sem fim, polia de tração e desvio, freio, motor de tração, regulador de velocidade, chaves e fusíveis na casa de máquinas, quadro de comando, fusíveis e conexões, relés e chaves, casa de máquinas, fita seletora, aparelho seletor, iluminação da cabina, botoeiras e sinalização de cabinas, seguranças, correções da cabina e contrapeso, aparelho de segurança, chave de indução, placas ou emissores, receptores, cabina (placa, acrílico e pisos), guias e braquetes, contrapeso, limites de curso, corrente ou cabo de compensação, cabos de tração e de regulador, caixa de corrida, fechos hidráulicos, eletromecânicos e pavimentos, portas, carrinhos, nivelamentos, para-choques, polia do regulador de velocidade, bomba hidráulica, bloco de válvula, vedações do sistema hidráulico, mangueiras, tubulações hidráulicas e poço.
- d) A Contratada deverá apresentar para aprovação da fiscalização do contrato, nos primeiros trinta dias do prazo de vigência contratual, o cronograma de manutenções preventivas, especificando os diversos tipos de equipamentos, os tipos de manutenção (mensal e anual) e as datas previstas para a sua execução.
- e) A manutenção anual deverá ser executada, obrigatoriamente, nos primeiros seis meses de vigência do contrato. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados em horário previamente acordado com a Fiscalização, com visitas periódicas do responsável técnico pela execução dos serviços.
- f) A Contratada deverá inspecionar e acompanhar todos os eventos e ocorrências, além de realizar medições mensais de parâmetros de funcionamento e respectiva análise para instrução da execução de manutenção preventiva.
- g) A Contratada deverá corrigir eventuais defeitos existentes, constatados através de testes e verificações realizadas por ocasião da manutenção preventiva.
- h) A Contratada deverá apresentar Relatório Semestral, com a situação real dos elevadores, contendo todas as observações técnicas e soluções propostas durante a manutenção preventiva ou corretiva, das condições inadequadas encontradas ou eminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento destes. O primeiro relatório deverá ser providenciado até o 30º dia após o início do contrato.
- i) Poderá, em casos excepcionais, devidamente autorizados pela administração, conforme necessidade da mesma, serem efetuados serviços de manutenção preventiva em horários diferentes do horário de funcionamento do Tribunal.

1.1.1. Mensalmente:

- A contratada deverá, no que couber:
 - Verificar as correções das guias ou as roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e manter as guias adequadamente lubrificadas;
 - Verificar os cabos de aço como fator de segurança;
 - Verificar e igualar a tensão dos cabos condutores;
 - Examinar todos os dispositivos de segurança e reguladores, eliminando os eventuais defeitos mecânicos;
 - Verificar e trocar os acrílicos dos tetos das cabinas dos elevadores quando danificados;
 - Verificar e substituir os sensores de reabertura das portas dos elevadores quando danificados;
 - Verificar, consertar e alinhar as portas dos elevadores;
 - Verificar e trocar as lâmpadas e reatores existentes nos elevadores quando queimados;
 - Verificar e trocar acabamentos de tetos (peças em acrílico) e gongos sobre as cabinas, quando danificadas;
 - Verificar e substituir todas as peças que compõem as botoeiras, quando danificadas;
 - Verificar o funcionamento da comunicação viva-voz entre a cabina e a portaria através de simulação de passageiro preso;
 - Verificar o sistema de ventilação eletromecânica existente na cabina de cada elevador;
 - Verificar e realizar os ajustes necessários na configuração dos equipamentos;
 - Substituir as sapatas e/ou sistema 'lambda' das portas dos elevadores quando danificadas;
- Motores de CC/CA, grupo geradores e caixas redutoras:
 - Fazer a remoção dos resíduos de carvão e poeira das escovas e porta-escovas;
 - Movimentar as escovas de carvão no interior dos seus porta-escovas;

- Fazer a remoção da poeira acumulada e do óleo vazado;
- Verificar o nível do óleo, completando-o se necessário;
- Ajustar a altura dos porta-escovas em relação à superfície de contato dos coletores;
- Ajustar a superfície de contato dos coletores que apresentarem faiscamento na comutação e/ou trepidações excessivas;
- Manter limpos e desimpedidos os espaços físicos das casas de máquinas instaladas na cobertura do edifício, informando a fiscalização e/ou a SEMAM/DIENG da existência de infiltração d'água e outras irregularidades quando houver;
- Remover da superfície de contato do tambor todo resíduo de óleo e graxa;
- Ajustar a folga excessiva entre as sapatas e discos da superfície de contato dos tambores de freio.
- Quadro de Comando:
 - Fazer a remoção da poeira e aplicação de solvente na estrutura externa dos quadros;
 - Verificar e ajustar, se necessário, os temporizadores, relés, chaves com mau contato, relés de carga dos geradores e circuito de proteção.
- Nos andares:
 - Remover toda a poeira das faces internas e externas das portas, aplicando em seguida, na face interna, solvente;
 - Fazer a remoção de todo o material depositado sobre as barras chatas de ferro (apoio das carretilhas) e aplicação de solvente;
 - Proceder à limpeza em toda a extensão das soleiras;
 - Proceder à limpeza geral das roldanas e dos trincos e, em seguida lubrificação dos eixos.
 - Ajustar qualquer folga excessiva nos roletes excêntricos das suspensões das folhas da porta e dos contatos dos trincos e ganchos;
 - Verificar o funcionamento dos botões de chamada e indicadores de direção;
 - Fazer a remoção do lixo acumulado em toda a extensão das soleiras;
 - Remover toda a poeira das faces externas das portas, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene;
 - Remover todo o material depositado nas suspensões, aplicando, em seguida, fina camada de óleo, enxugando todo o excesso;
 - Proceder à limpeza geral das barras articuladas e aplicação de óleo fino nas articulações;
 - Fazer a remoção da poeira das grades de ventilação;
 - Remover o lixo e a poeira da tampa do teto, e aplicação de solvente, enxugando o excesso;
 - Fazer a remoção de poeira dos ventiladores e exaustores e lubrificação das buchas;
 - Liberar o dispositivo de engate para aplicação de fina camada de óleo;
 - Verificar a graxa dos conjuntos operadores das portas;
 - Verificar o funcionamento dos aparelhos de comunicação;
 - Verificar a partida, parada e nivelamento;
 - Verificar a sapata de segurança e fotocélula;
 - Verificar a abertura e fechamento das portas;
 - Verificar o funcionamento das botoeiras, sinalizadores e luz de emergência;
 - Fazer a remoção da poeira da suspensão, aplicando, em seguida, solvente nos materiais ferrosos;
 - Ajustar a folga excessiva entre as corrediças deslizantes;
 - Proceder a limpeza geral;
 - Verificar o nível de óleo, completando-o, se necessário;
 - Verificar o aperto das porcas das braçadeiras de apoio.
- Cabo de aço:
 - Ajustar as tensões dos cabos de tração e compensação;
 - Efetuar a substituição quando necessário.
- Polias de Compensação:
 - Ajustar a distância da polia ao piso do contato elétrico.
- Polias Tensoras:
 - Ajustar o prumo e distância da polia ao piso.
- Fita Seletora:
 - Ajustar a folga entre os contatos fixos e os cones (meias-luas);
 - Ajustar as distâncias entre as molas "pick-ups" e os rebites de metal.

1.1.2. Semestralmente

- No que couber:
 - Lavar e aplicar novo lubrificante nas almas das guias da cabine e de contrapeso;
 - Verificar e, se necessário, corrigir a velocidade dos motores de tração a plena carga, meia carga e vazio;
 - Acionar o sistema de segurança, ajustando as velocidades de desarme; e
 - Testar os amortecedores com a queda da cabine, com meia lotação.

1.2. Todas as peças, componentes, óleos e graxas utilizados nos serviços, mesmo em caso de substituição total, e materiais necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração do TRF da 1ª Região, exceto quando se tratar de:

- Peças e componentes a serem substituídos em decorrência de uso inadequado ou anormal;
- Acessórios a serem substituídos ou instalados em virtude de determinação superior ou de legislação superveniente, bem como por obsolescência dos elevadores;
- Revestimento de piso de cabinas;
- Portas e cabinas danificadas pela exposição indevida a agentes físicos ou químicos.

2. Manutenção Corretiva

2.1. Consiste na aplicação de medidas necessárias a sanar os eventuais defeitos de funcionamento apresentados pelos elevadores mediante solicitação da CONTRATANTE, compreendendo serviços de conserto e/ou substituição de peças desgastadas e/ou danificadas, por originais do fabricante, observando-se ainda:

- a) Sempre que forem detectados eventuais defeitos no sistema ou equipamento existente, a Fiscalização acionará a empresa contratada para a execução dos serviços, para imediata recolocação do elevador afetado em perfeitas condições operacionais nos prazos máximos determinados;
- b) No caso de chamados não emergenciais, o atendimento deverá ser realizado em dia útil, durante o horário de expediente do órgão;
- c) A solicitação de manutenção corretiva sempre deverá ser formalizada por intermédio de emissão de Ordem de Serviço – OS ou contato via correio eletrônico;
- d) A empresa contratada para a execução dos serviços deverá disponibilizar, para recepção das Ordens de Serviços ou emails emitidos pela Fiscalização, número de linha telefônica e conta de correio eletrônico;
- e) Também deverão ser disponibilizados, para fins de contato com a Fiscalização, número(s) do(s) aparelho(s) de telefonia móvel para o preposto da empresa junto ao TRF1/DIENG e para os responsáveis técnicos pela execução dos serviços;
- f) A empresa contratada para a prestação dos serviços de manutenção deverá providenciar atendimento emergencial, em qualquer dia e horário, conforme necessidade e solicitação do TRF1/DIENG, sem que caiba qualquer pagamento adicional por parte da Administração. O atendimento emergencial deverá ser prestado sempre que houver necessidade de execução de serviços considerados imprescindíveis tais como acidentes e situações onde há passageiro(s) preso(s) no elevador, em qualquer uma de suas partes. Neste caso, a retirada de passageiro(s) preso(s) somente poderá ser realizada por funcionários da Contratada ou pelo Corpo de Bombeiros local;
- g) Deverá ser elaborado Relatório Mensal de Ocorrências, assinado pelo Responsável Técnico, com ciência da Fiscalização;

2.2. Qualquer solicitação de serviços que envolvam reparos e substituição de peças e componentes deverá ser providenciada pelo TRF da 1ª Região por intermédio da SEMEQ/DIENG, e atendida no prazo máximo de **2 (duas) horas**, dentro do horário comercial, a partir do recebimento da comunicação por telefone, ofício, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação à central de atendimento da Contratada;

2.2.1. O prazo para reparo será de até **4 (quatro) horas** para os casos que não exijam reposição de peças e de até **24 (vinte e quatro) horas**, quando esta se fizer necessária, contados do início do atendimento, indicado no subitem anterior;

2.3. Nos elevadores em que forem realizadas manutenções corretivas deverão ser realizados os procedimentos da manutenção preventiva de forma a permitir o perfeito funcionamento dos mesmos após o seu reparo, sem quaisquer ônus adicionais;

2.4. Em situações excepcionais, em que não houver condições de efetuar o reparo no prazo estabelecido acima, a Contratada deverá comunicar, por escrito, à Administração do TRF1, com exposição de motivos, dando prazo para a finalização dos serviços.

2.5. Toda e qualquer substituição de peças e componentes deverá ser acompanhada pela fiscalização do Contratante, que deverão ser originais, testadas e atestadas.

2.6. As peças e componentes substituídos deverão ser apresentados juntamente com o equipamento consertado.

2.7. A manutenção corretiva decorrente de fatores não cobertos pelo presente termo contratual (tais como defeitos ocasionados por anormalidades climáticas ou ambientais, incêndios, inundações, descargas elétricas, manuseio inadequado dos equipamentos e seus acessórios, deficiências de aterramento adequado, ou ainda aqueles provenientes de dolo ou culpa do Contratante) deverá ser devidamente comprovada e justificada, mediante laudo técnico emitido pela Contratada, relacionando as causas do defeito apresentado, peças a serem substituídas/recuperadas, serviços a serem realizados e orçamento detalhado.

2.7.1. Tais serviços/peças poderão ser executados/fornecidas pela CONTRATADA, mediante aprovação prévia de orçamento pelo CONTRATANTE e emissão da respectiva Nota de Empenho.

2.8. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos ao local de instalação dos equipamentos, pela retirada, entrega e instalação das peças e todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes;

2.9. Para garantia das peças, a Contratada deverá observar, nos casos de substituições ou reposições destas por meio de manutenção preventiva ou corretiva, o prazo mínimo de 12 (doze) meses de garantia, contados a partir da instalação.

2.10. A garantia mínima exigida deverá prevalecer sobre as condições estabelecidas pelas fabricantes do material ou que venham a reduzir a prevalência da supremacia do interesse público sobre o particular, devendo a fornecedora responsabilizar-se integralmente pelas peças substituídas.

2.11. Todos os serviços executados pela Contratada deverão ter garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias, neles incluídos os ajustes que a equipe técnica julgar oportunos, contados a partir da sua realização, registrado no relatório de manutenção mensal.

2.12. A empresa, durante o período de garantia, assume e se compromete a corrigir, integral e gratuitamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, o serviço em que forem verificados defeitos ou vícios, ou ainda na hipótese de reincidência dos defeitos, ou se os mesmos não forem corrigidos a contento.

2.13. Decorrido o prazo para reparos sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos ou ajustes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos.

3. Das especificações técnicas dos equipamentos

3.1. Ed. Adriana

3.1.1. Dados Técnicos dos Elevadores - OTIS

3.1.1.1. Identificação Geral

- **Tipo de equipamento:** elevador elétrico automático para transporte de passageiros
- **Quantidade abrangida:** 2 (dois) elevadores
- **Fabricante/Marca:** OTIS
- **Modelo:** OTIS LVF
- **Drive / inversor de frequência:** OVF20

3.1.1.2. Capacidade e Desempenho

- **Capacidade nominal (cada elevador):** 560 kg
- **Lotação estimada:** até 8 passageiros por elevador
- **Velocidade nominal:** 60 m/min (**equivalente a 1,0 m/s**)
- **Sistema de acionamento:** VVVF (Voltage Variable Frequency / variação de tensão e frequência)

3.1.1.3. Atendimento Predial

- **Número de paradas:** 6 (seis)

- **Pavimentos atendidos:**

- T
- S1
- S2
- S3
- S4
- S5

3.1.1.4. Casa de Máquinas

- **Localização:** parte superior da edificação

3.1.1.5. Sistema de Portas

- **Operador de portas:** modelo 95550CC
- **Tipo de abertura:** central

3.1.1.6. Conjunto Motriz

- **Tensão de alimentação:** 380 V
- **Potência nominal:** 15,5 CV (*aprox. 11,4 kW*)
- **Rotação:** 1.200 RPM
- **Frequência elétrica:** 60 Hz

3.2. Ed. Sede II

3.2.1. Dados Técnicos do Elevador - KONE

3.2.1.1. Identificação do Equipamento

- **Fabricante/Marca:** KONE
- **Assistência técnica:** prestada por distribuidor autorizado da fabricante
- **Modelo:** KONE N Minispace
- **Configuração do sistema:** Triplex (grupo com 3 elevadores operando de forma integrada)
- **Tipo de acionamento:** Tração 2:1
- **Casa de máquinas:** possui, conforme especificação do fabricante

3.2.1.2. Desempenho Operacional

- **Velocidade nominal:** 2,0 m/s
- **Aceleração:** 0,8 m/s²
- **Desaceleração:** 0,8 m/s²
- **Capacidade nominal:** 900 kg
- **Lotação estimada:** até 12 passageiros

3.2.1.3. Atendimento Predial

- **Número de pavimentos atendidos:** 13
- **Número de paradas/entradas:** 13
- **Percurso total:** 43.800 mm (43,8 m)

3.2.1.4. Cabina

- **Dimensões internas:**
 - Largura: 1.050 mm
 - Profundidade: 2.000 mm
 - Altura: 2.300 mm
- **Área útil aproximada da cabina:** 2,10 m² (*corrigido; no texto original constava mm², unidade incompatível*)
- **Carga máxima adicional para decoração/acabamentos:** 180 kg

3.2.1.5. Portas

- **Dimensões das portas de pavimento:**
 - Largura: 800 mm
 - Altura: 2.100 mm

3.2.1.6. Sistema de Segurança e Suspensão

- **Buffer/paracheque da cabina:** pistão hidráulico com contato elétrico
- **Buffer/paracheque do contrapeso:** pistão hidráulico com contato elétrico
- **Guias da cabina:** tipo T82
- **Guias do contrapeso:** tipo TK5A

3.2.1.7. Cabos

- **Cabos de tração:** 6 cabos de aço, diâmetro de 8 mm cada
- **Cabo do limitador de velocidade:** 1 cabo, diâmetro de 6 mm

4. Do local de prestação dos serviços

4.1. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

Local	Endereço
Ed. Sede II	SAUS Quadra 2, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores - Brasília/DF
Ed. Adriana	SBS Quadra 2, Lote 16, Bloco D, CEP 70070-903 - Brasília/DF

5. Do início da prestação dos serviços:

5.1. Considerando que os equipamentos possuem ciclos contratuais distintos, torna-se necessária a estruturação de uma contratação que contemple ambos os edifícios, de forma planejada, contínua e sem sobreposição com contratos ou garantias vigentes, assegurando que a prestação dos serviços tenha início imediatamente após o término dos respectivos prazos. Assim, a execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, considerando as datas de encerramento dos contratos atualmente vigentes:

- encerramento do atual contrato de manutenção dos elevadores do Ed. Adriana está previsto para **1º de dezembro de 2026** (Termo Aditivo n. 7 - Contrato 17/2021 (25149406)), podendo ocorrer antes, caso o TRF1 efetue a rescisão antecipadamente em razão da conclusão deste procedimento licitatório (Cláusula 1.1 do referido termo aditivo);
- término da garantia/assistência técnica dos elevadores do Ed. Sede II está previsto para **14 de agosto de 2026** (Contrato TRF1 n. 58/2023 - One Elevadores (19073577), Despacho 22836827 e Autorização 22952440).

5.2. Os efeitos financeiros relativos a cada item da contratação observarão a data de efetivo início da prestação dos respectivos serviços, após o encerramento dos vínculos acima mencionados. O pagamento, contudo, permanecerá condicionado à regular execução dos serviços, ao atesto pela fiscalização contratual e à regular liquidação da despesa, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

6. Do dimensionamento da equipe de manutenção

6.1. Por se tratar de serviço de manutenção continuada, a contratada deverá dimensionar sua equipe técnica de forma suficiente a garantir:

- os níveis de serviço exigidos;
- os prazos de atendimento a chamados corretivos;
- a execução integral das manutenções preventivas programadas;
- a continuidade operacional dos elevadores.

7. Padrões mínimos de qualidade

7.1. A solução deverá assegurar, no mínimo:

- Execução de **manutenção preventiva periódica**, conforme plano técnico compatível com as recomendações dos fabricantes (OTIS e KONE);
- Atendimento a **chamados corretivos** em prazos compatíveis com a criticidade do serviço, visando minimizar a indisponibilidade dos equipamentos;
- Utilização de **peças novas, originais ou compatíveis**, em conformidade com as especificações técnicas dos fabricantes;
- Disponibilização de **equipe técnica qualificada**, com profissionais devidamente capacitados e habilitados;
- Emissão de **relatórios mensais de manutenção**, contendo registros das intervenções realizadas, peças substituídas e situação operacional dos equipamentos;
- Garantia mínima dos serviços e das peças, conforme estabelecido neste ETP e no Termo de Referência.

8. Instrumento de mensuração por resultado

8.1. Será adotada na presente contratação a utilização de Instrumento de Mensuração por Resultado (IMR), com o objetivo de garantir um melhor atendimento e qualidade dos serviços a serem executados.

- Os serviços de manutenção serão mensurados obedecendo ao Indicador de Disponibilidade do Equipamento (IDE).
- As metas serão aferidas mensalmente, considerando a média das ordens de execução de serviços entre o primeiro e o último dia do mês de referência do faturamento.
- Para o cálculo do IDE, serão utilizados dados das ordens de execuções de serviços do mês de referência do faturamento.
- Aos IDE's que não tiverem alcançadas as metas exigidas serão aplicadas glosas.
- As glosas incidirão sobre o valor total do faturamento correspondente ao mês da mensuração dos IDE's e, não sendo possível, incidirão no faturamento do mês subsequente.
- Para cada meta de disponibilidade de equipamento não atingida, será aplicada a glosa prevista para o respectivo IDE, de forma não cumulativa, sem prejuízo da aplicação cumulativa de glosas referentes aos demais IDE's.
- Nos cálculos dos IDE's e das glosas, serão consideradas apenas as duas primeiras casas decimais, desprezando as demais casas, sem arredondamento.
- O primeiro mês completo de prestação de serviço, contado da assinatura do contrato, será considerado como período de adaptação, sendo aplicadas as glosas por não alcance das metas de disponibilidade dos equipamentos a partir do segundo mês.
- Caso seja verificada divergência entre os indicadores apresentados pela Contratada e os indicadores mensurados pelo Contratante e não havendo consenso, prevalecerá o entendimento da Contratante.
- A Contratante poderá realizar, a qualquer momento e por acordo entre as partes, a revisão dos indicadores de disponibilidade dos equipamentos, incluindo ou alterando indicadores e metas que julgar necessários a uma melhor aferição e controle dos requisitos constantes do Termo de Referência, mediante apostilamento contratual.

Tabela de mensuração por resultado

Indicador de Disponibilidade do Equipamento (IDE)				Meta de Disponibilidade dos Equipamentos		Glosa
N.	Nome	Descrição	Cálculo	Exigida	Aferida	
1	IACS - Índice de Atendimento de Chamada de Serviço	Percentual de tempo de atendimento da ordem execução de serviço, prazo médio de 2h.	Total de ordem de execução de serviços atendidas no mês	≤2h	4h ≤ IACS	2,5%
			IACS = Total de horas gastas em atendimento / OES atendidas no mês		3h ≤ IACS < 4h	2,0%
			(1) Quantidade total de horas gastas no atendimento das OES em determinado mês.		2h30 ≤ IACS < 3h	1,5%

			(2) Quantidade de ordens de serviços executadas no mês.		2h< IACS 2h30	1,0%
2	IARP -SP - Índice de Reparo do Equipamento (sem Substituição de Peças)	Percentual de tempo de atendimento da ordem execução de serviço, prazo médio de 4h.	Total de ordem de execução de serviços atendidas no mês	≤4h	6h ≤ IARP - SP	3,0%
			IARP - SP = Total de horas gastas em atendimento / OES atendidas no mês		5h30 ≤ IARP - SP < 6h	2,5%
			(1) Quantidade total de horas gastas no atendimento das OES em determinado mês.		5h ≤ IARP - SP < 5h30	2,0%
			(2) Quantidade de ordens de serviços executadas no mês.		4h30≤ IARP - SP < 5h	1,5%
					4h< IARP - SP < 4h30	1,0%
3	IARP -CP - Índice de Reparo do Equipamento (com Substituição de Peças)	Percentual de tempo em atendimento da ordem execução de serviço, prazo médio de 24h.	Total de ordem de execução de serviços atendidas no mês	≤24H	32h ≤ IARP -CP	3,0%
			IARP -CP = Total de horas gastas em atendimento / OES atendidas no mês		30h ≤ IARP -CP < 32h	2,5%
			(1) Quantidade total de horas gastas no atendimento das OES em determinado mês.		28h ≤ IARP -CP < 30h	2,0%
			(2) Quantidade de ordens de serviços executadas no mês.		26h ≤ IARP -CP < 28h	1,5%
					24h< IARP -CP < 26h	1,0%

8.2. A Contratada deverá realizar as aferições das metas de disponibilidade dos equipamentos considerando-se a metodologia de cálculo indicada no quadro acima.

8.3. Sem prejuízo da glosa aplicada, a extrapolação das Metas de Disponibilidade dos Equipamentos não afasta a aplicação de eventual penalidade.

REQUISITOS QUANTITATIVOS

Os quantitativos da contratação decorrem do parque de elevadores atualmente instalado nos edifícios Adriana e Sede II do TRF1, conforme indicado nos projetos arquitetônicos Projeto Ed. Adriana - Elevadores (25210736) e Projeto Ed. Sede II (25210747), considerando a necessidade de manutenção preventiva e corretiva contínua, com fornecimento de peças, durante toda a vigência contratual.

- Quantitativo de equipamentos (obs: os equipamentos não possuem tombamento, pois fazem parte da estrutura predial):

Subitem	Edifício	Fabricante	Quantidade de Elevadores	Capacidade	Nº de Paradas / Pavimentos
1	Ed. Adriana	OTIS	02	560 kg (8 passageiros)	06 paradas (T, S1 a S5)
2	Ed. Sede II	KONE	03	900 kg (12 passageiros)	13 pavimentos

Métodos e memória de cálculo dos quantitativos

Os quantitativos foram estimados com base nos seguintes critérios:

- Quantidade física de elevadores existentes**, conforme levantamento patrimonial e técnico;
- Número de unidades autônomas (elevadores)** a serem mantidas, independentemente da carga de uso;
- Recomendações técnicas dos fabricantes** quanto à periodicidade mínima de manutenção preventiva;
- Histórico de contratos anteriores**, considerando a necessidade de cobertura integral do parque instalado;
- Natureza continuada do serviço**, que exige disponibilidade permanente de equipe técnica.

Nesse contexto, o item e os subitens a licitar são:

Grupo	Item	Código Siasg BR	Código Sicam	Descrição	Unidade de medida	Qtd.
1	1	BR0003557 - Instalação / Manutenção - Elevadores Rolantes, Monta - cargas / Plataforma / Escadas	A definir	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de elevadores Marca/Modelo OTIS LVF OVF20 95550CC, 06 paradas, capacidade de 560 KG, para 08 passageiros, instalados no Ed. Adriana do TRF1.	und./mês	2
	2	BR0003557 - Instalação / Manutenção - Elevadores Rolantes, Monta - cargas / Plataforma / Escadas	A definir	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de elevadores Marca/Modelo KONE N Minispace, 13 paradas, capacidade de 900kg, para 12 passageiros, instalados no Ed. Sede II do TRF1.	und./mês	3

E.2. Critérios de sustentabilidade

A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e técnica compatíveis com a natureza do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame e em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, o Decreto nº 7.746/2012, as normas da ANVISA, as diretrizes do CONAMA, as normas da ABNT e as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego aplicáveis à execução dos serviços.

É de responsabilidade da CONTRATADA o gerenciamento dos resíduos gerados na execução dos serviços, inclusive peças substituídas, componentes metálicos, eletroeletrônicos, cabos, placas, óleos lubrificantes, graxas, embalagens, pilhas, baterias, lâmpadas e materiais contaminados, devendo ser assegurada a segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, bem como a adoção de sistemas de logística reversa, quando legalmente exigidos ou tecnicamente aplicáveis.

Na execução contratual, a CONTRATADA deverá observar, no que couber, os seguintes critérios e respectivas formas de aferição:

1. Gestão de resíduos e logística reversa

Critério: destinar adequadamente resíduos e materiais substituídos, priorizando reutilização, reciclagem, recuperação ou logística reversa, observando as diretrizes da Lei nº 12.305/2010 e, especificamente quanto às pilhas e baterias, os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 401/2008.

Aferição:

- apresentação, quando solicitado, de comprovantes de coleta, transporte e destinação emitidos por empresas habilitadas;
- registros mensais das peças substituídas e da respectiva destinação;
- conferência pela fiscalização contratual.

2. Uso racional de insumos e materiais

Critério: utilizar materiais, lubrificantes, solventes e produtos auxiliares em quantidades estritamente necessárias, evitando desperdícios, vazamentos e descarte inadequado.

Aferição:

- inspeção em campo pela fiscalização;
- verificação de ausência de descarte irregular ou armazenamento inadequado;
- análise de relatórios de manutenção.

3. Produtos regularizados

Critério: utilizar produtos de limpeza, conservação e substâncias químicas regularmente registrados ou notificados perante a ANVISA, observando, quando aplicável, os requisitos sanitários pertinentes aos produtos saneantes utilizados na execução dos serviços.

Aferição:

- apresentação de fichas técnicas, FISPQ/SDS ou documentos equivalentes, quando cabível;
- conferência de rótulos e registros aplicáveis.

4. Controle de ruído, poeira e limpeza operacional

Critério: adotar procedimentos que minimizem ruídos excessivos (Resolução CONAMA n. 001/1990), geração de poeira, resíduos dispersos e incômodos durante a execução dos serviços, especialmente em horário de expediente.

Aferição:

- inspeção da fiscalização;
- registro de ocorrências e reclamações de usuários;
- exigência de correção imediata quando constatadas inadequações.

5. Segurança e saúde no trabalho

Critério: fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), observando as Normas Regulamentadoras aplicáveis às atividades executadas, especialmente:

- NR-01;
- NR-06;
- NR-07;
- NR-10;
- NR-12;
- NR-18;
- NR-33, quando aplicável; e
- NR-35.

Aferição:

- inspeção em campo;
- apresentação de fichas de entrega de EPI, certificados e treinamentos exigíveis;
- verificação documental de capacitações legalmente requeridas.

6. Manutenção orientada à durabilidade e eficiência

Critério: executar manutenção preventiva e corretiva de modo a prolongar a vida útil dos elevadores, reduzir falhas recorrentes, preservar desempenho e evitar substituições prematuras de componentes.

Aferição:

- análise dos relatórios técnicos de manutenção;
- acompanhamento de indicadores de reincidência de falhas e tempo de indisponibilidade;
- validação pela fiscalização contratual.

7. Conformidade técnica e atualização normativa

Critério: executar os serviços em conformidade com normas técnicas brasileiras aplicáveis aos sistemas de transporte vertical, segurança de usuários e manutenção de elevadores, especialmente as ABNT NBR 16083, ABNT NBR 15597, ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 5410, ou outras que venham a substituí-las ou atualizá-las.

Aferição:

- apresentação de relatórios técnicos;
- checklists de inspeção;
- verificação pela fiscalização quanto ao atendimento das rotinas exigidas.

8. Conduta socialmente responsável

Critério: observar legislação trabalhista, previdenciária, normas de saúde e segurança e vedação a práticas discriminatórias ou trabalho irregular.

Aferição:

- documentação exigida na contratação e durante a execução;
- verificação periódica da regularidade contratual;

- registros de ocorrências eventualmente apuradas.

Medição e pagamento

A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante verificação do efetivo cumprimento das rotinas de manutenção preventiva programadas, atendimento das ordens de serviço corretivas emitidas no período, funcionamento regular dos equipamentos abrangidos e entrega da documentação técnica exigida contratualmente.

Para fins de ateste, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo:

- relatório mensal de manutenção preventiva executada por equipamento;
- relação de chamados corretivos atendidos, contendo datas de abertura, atendimento e solução;
- registro das peças substituídas e respectivos motivos técnicos;
- comprovantes de destinação ambientalmente adequada dos resíduos, quando cabível;
- eventuais laudos, checklists e registros de inspeção exigidos pela fiscalização.

O pagamento ficará condicionado ao ateste da fiscalização quanto à adequada execução dos serviços e ao atendimento dos critérios de sustentabilidade previstos no contrato. A ausência injustificada de documentos comprobatórios, o descumprimento de obrigações ambientais, trabalhistas, de segurança ou a inexecução parcial dos serviços poderá ensejar:

- glosa proporcional da medição mensal;
- retenção do pagamento até saneamento da pendência, quando cabível;
- aplicação dos instrumentos de medição de resultado previstos;
- aplicação de sanções contratuais, nos termos do edital e contrato.

Quando identificadas não conformidades sanáveis, poderá ser concedido prazo para regularização, sem prejuízo do registro da ocorrência. Sanada a pendência e confirmado o adimplemento contratual, o pagamento remanescente poderá ser processado na forma estabelecida contratualmente.

Disposições gerais de fiscalização

O atendimento aos critérios acima será verificado pela unidade fiscalizadora mediante inspeções, análise documental, relatórios periódicos, ordens de serviço e registros de ocorrência, podendo ser exigida a correção de não conformidades em prazo razoável, sem prejuízo das sanções cabíveis.

E.3. Critérios de acessibilidade

Não se aplica.

E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos (nos casos de licitação que compreendam bens permanentes e/ou bens de consumo)

Não se aplica.

F. Descrição da solução como um todo

F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida

Benefícios diretos:

- assegurar a continuidade da manutenção preventiva e corretiva dos elevadores dos Edifícios Adriana e Sede II;
- preservar a disponibilidade e a confiabilidade dos sistemas de transporte vertical;
- reduzir ocorrências de paralisação e falhas operacionais;
- garantir atendimento adequado aos usuários internos e externos.

Benefícios indiretos:

- manter a regularidade do funcionamento dos elevadores após o encerramento da vigência contratual atual do Edifício Adriana e após o término da garantia dos elevadores do Edifício Sede II;
- permitir execução contratual mais estável, planejada e contínua;
- garantir um ambiente de trabalho confortável para magistrados, servidores e demais usuários dos elevadores.

F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes

O início da prestação de serviços desta contratação deverá ocorrer concomitantemente ao encerramento do atual contrato de manutenção dos elevadores do Ed. Adriana, previsto para **1º de junho de 2026** (Termo Aditivo n. 5 - Contrato 17/2021 (22325605), PAe 0024170-29.2020.4.01.8000) e ao término da garantia/assistência técnica dos elevadores do Ed. Sede II, previsto para **14 de agosto de 2026** (Contrato TRF1 n. 58/2023 - One Elevadores (19073577), Despacho 22836827 e Autorização 22952440, PAe 0029002-03.2023.4.01.8000).

F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida

Não há necessidade de adequações do ambiente do órgão para adoção da solução escolhida.

F.4. Descrição integral da solução

A solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores, com fornecimento de peças, dos elevadores dos Edifícios Sede II e Adriana, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nos mecanismos ou peças dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as recomendações do fabricante, manuais e normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentarem defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

Garantia

Para garantia das peças, a Contratada deverá observar, nos casos de substituições ou reposições destas por meio de manutenção preventiva ou corretiva, o prazo mínimo de 12 (doze) meses de garantia, contados a partir da instalação.

A garantia mínima exigida deverá prevalecer sobre as condições estabelecidas pelas fabricantes do material ou que venham a reduzir a prevalência da supremacia do interesse público sobre o particular, devendo a fornecedora responsabilizar-se integralmente pelas peças substituídas.

Todos os serviços executados pela Contratada deverão ter garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias, neles incluídos os ajustes que a equipe técnica julgar oportunos, contados a partir da sua realização, registrado no relatório de manutenção mensal.

A empresa, durante o período de garantia, assume e se compromete a corrigir, integral e gratuitamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, o serviço em que forem verificados defeitos ou vícios, ou ainda na hipótese de reincidência dos defeitos, ou se os mesmos não forem corrigidos a contento.

Decorrido o prazo para reparos sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos ou ajustes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos.

Prazos e/ou Condições de Prestação dos Serviços

Considerando que os equipamentos possuem ciclos contratuais distintos, torna-se necessária a estruturação de uma contratação que contemple ambos os edifícios, de forma planejada, contínua e sem sobreposição com contratos ou garantias vigentes, assegurando que a prestação dos serviços tenha início imediatamente após o término dos respectivos prazos. Assim, a execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, considerando as datas de encerramento dos contratos atualmente vigentes:

- encerramento do atual contrato de manutenção dos elevadores do Ed. Adriana está previsto para **1º de dezembro de 2026** (Termo Aditivo n. 7 - Contrato 17/2021 (25149406)), podendo ocorrer antes, caso o TRF1 efetue a rescisão antecipadamente em razão da conclusão deste procedimento licitatório (Cláusula 1.1 do referido termo aditivo);
- término da garantia/assistência técnica dos elevadores do Ed. Sede II está previsto para **14 de agosto de 2026** (Contrato TRF1 n. 58/2023 - One Elevadores (19073577), Despacho 22836827 e Autorização 22952440).

Os efeitos financeiros relativos a cada item da contratação observarão a data de efetivo início da prestação dos respectivos serviços, após o encerramento dos vínculos acima mencionados. O pagamento, contudo, permanecerá condicionado à regular execução dos serviços, ao atesto pela fiscalização contratual e à regular liquidação da despesa, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

Os serviços de manutenção deverão ser prestados entre 8h e 18h, de segunda a sexta-feira e, eventualmente, em finais de semana e feriados com agendamento prévio junto ao Contratante, conforme rotinas de manutenção preventiva e aberturas de chamado técnico, em caso de falha nos equipamentos, de acordo com as rotinas de manutenção corretiva.

Locais de Execução dos Serviços

Os serviços serão realizados nos seguintes locais:

Local	Endereço
Ed. Sede II	SAUS Quadra 2, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores - Brasília/DF
Ed. Adriana	SBS Quadra 2, Lote 16, Bloco D, CEP 70070-903 - Brasília/DF

Da Licitação

Recomenda-se que esta licitação seja efetuada nos moldes do Pregão Eletrônico, conforme disposto no inciso I, art. 28, da Lei n. 14.133/21, visto se tratar de contratação de serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O objeto é de simples entendimento pelas empresas licitantes apenas pela leitura do Termo de Referência, não causando insegurança jurídica ou dúvidas que possam prejudicar as respectivas propostas de preços, não havendo, ainda, grandes complexidades tecnológicas. Consideramos, portanto, serviço comum de engenharia.

Para o objeto tratado neste ETP, não há ponderação de qualidade técnica das propostas que exceda os requisitos mínimos estabelecidos pela Administração, razão pela qual o critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO**.

A licitação será estruturada em grupo único, contemplando os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores dos Edifícios Sede II e Adriana, com fornecimento de peças, em razão da similaridade técnica dos serviços, da padronização das rotinas de manutenção e da conveniência administrativa de execução integrada, considerando que os serviços possuem mesma natureza, metodologia executiva semelhante e fiscalização centralizada por uma única unidade administrativa.

A adoção da adjudicação por grupo e o não parcelamento do objeto mostram-se técnica e economicamente adequados, pois permitem ganho de escala, racionalização da mobilização de equipes, logística, ferramental e estoque mínimo de peças, além de favorecer a uniformização dos procedimentos de manutenção, a simplificação da fiscalização contratual e a definição inequívoca da responsabilidade técnica sobre o desempenho dos equipamentos. A modelagem também amplia a atratividade econômica do certame ao mercado especializado, sem restringir a competitividade, sendo esperada maior vantajosidade para a Administração em comparação à contratação segregada por múltiplos fornecedores.

A manutenção preventiva e corretiva de elevadores é um serviço essencial, sendo indispensável a sua prestação para a execução dos trabalhos do órgão. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores enquadram-se, portanto, como serviços de prestação contínua (art. 106 da Lei n. 14.133/21), já que são uma necessidade permanente. Nesse contexto, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/21, "Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes".

Desta forma, o prazo para execução dos serviços e de vigência do contrato deverá ser de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura, prorrogável por sucessivos períodos até completar o total de 10 (dez) anos.

A contratação de uma empresa de manutenção por 5 (cinco) anos apresenta diversas vantagens em relação à contratação por 1 ano, dentre as quais:

- **Eficiência:** A empresa contratada terá tempo suficiente para conhecer as instalações e os equipamentos, bem como para desenvolver um plano de manutenção adequado às necessidades do órgão. Isso resultará em um trabalho mais eficiente e eficaz, com menor risco de falhas e ocorrências.
- **Economia:** A contratação por um período mais longo pode gerar economia para o órgão, pois a empresa contratada terá condições de negociar preços melhores. Além disso, a empresa terá um incentivo maior para realizar um trabalho de qualidade, pois terá um contrato de longo prazo a cumprir.

- **Segurança:** A manutenção dos elevadores é essencial para garantir a segurança e o transporte adequado dos passageiros. A contratação por um período mais longo contribui para a redução de riscos de acidentes e incidentes.
- **Continuidade dos serviços:** A contratação por um período tão curto pode não ser suficiente para garantir a continuidade dos serviços de manutenção. A empresa contratada estará comprometida a fornecer os serviços de manutenção por um período de 5 anos, o que garante a continuidade dos serviços para o órgão.
- **Redução de burocracia:** A contratação por 5 anos evita a necessidade de realizar novos processos licitatórios a cada ano, o que reduz a burocracia e agiliza o fornecimento dos serviços.
- **Previsibilidade de custos:** A contratação por um período mais longo permite ao órgão prever os custos dos serviços de manutenção, o que facilita o planejamento financeiro.

Não há, no caso em tela, necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Os serviços serão recebidos mensalmente pelo gestor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis, mediante atesto, contados da data do recebimento da nota fiscal devidamente protocolizada no setor competente do Tribunal.

Em caso de conformidade da prestação dos serviços e da documentação apresentada, o gestor do Contrato fará o atesto da nota referente à prestação mensal.

Em caso de não conformidade, o atesto da nota fiscal respectiva ficará pendente até o saneamento das irregularidades constatadas pela fiscalização e os prazos interrompidos, estando a empresa obrigada a manter a continuidade dos serviços independentemente do atesto da parcela anterior.

O regime de execução será empreitada por preço global, de acordo com as definições do Acórdão 1.977/13 TCU - Plenário.

Será assegurada a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei n. 14.133/2021.

Será admitida a participação de profissionais sob a forma de cooperativa, de acordo com o previsto no art. 16 da Lei n. 14.133/2021.

Da vistoria

À licitante será facultada a realização de vistoria técnica no local de prestação dos serviços, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 às 18h00, mediante agendamento prévio com o servidor José Arnaldo Martins Costa, pelo telefone (61) 3410-3270, no horário das 09h00 às 18h00, ou pelo endereço eletrônico numob@trf1.jus.br, com a finalidade de esclarecer dúvidas relacionadas ao objeto licitado e verificar as condições locais para a execução dos serviços.

As licitantes não poderão alegar desconhecimento das condições visíveis e ordinariamente verificáveis, mesmo que optem por não vistoriar as condições dos elevadores dos edifícios Sede II e Adriana, do TRF1.

Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais da prestação dos serviços, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 - Plenário - TCU.

Em havendo a realização da vistoria, deverá ser apresentada, juntamente com a proposta, a devida declaração emitida pela SEMEQ/DIENG.

A vistoria técnica, embora facultativa, é fortemente recomendada, considerando a complexidade das instalações de elevadores, que demanda a avaliação da infraestrutura predial, dos acessos, do cabeamento, da casa de máquinas, das condições de segurança e da logística necessária para a execução dos serviços, contribuindo para a adequada precificação e planejamento da execução contratual.

Em conformidade com o art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a vistoria poderá ser substituída por declaração formal do licitante, não constituindo condição obrigatória para participação no certame.

Da subcontratação

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, uma vez que a contratada deve possuir conhecimento profundo dos equipamentos a serem mantidos da contratante. Esse conhecimento técnico especializado é essencial para garantir a operação ininterrupta e segura dos sistemas, minimizando o risco de falhas e interrupções no funcionamento dos elevadores, cuja interrupção pode ter consequências negativas na rotina de trabalho do Tribunal. A capacidade de resposta rápida da contratada, por meio de seus próprios profissionais, é crucial para minimizar o tempo de eventual inatividade e restaurar o funcionamento dos elevadores o mais rápido possível, evitando prejuízos operacionais.

A subcontratação fica limitada à atividade de fornecimento de peças e demais componentes de reposição.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução da parte do objeto a ser subcontratado, mediante comprovação de aptidão técnica por meio de atestados técnicos, emitidos em nome da subcontratada, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que sejam pertinentes e compatíveis, com a parte do objeto a ser subcontratado (Acórdão nº 1.229/2008 - Plenário do TCU). A avaliação de qualificação técnica se dará de acordo com o caso concreto, em havendo a subcontratação durante a execução contratual.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

G. Declaração de viabilidade

Com base nas análises técnicas, econômicas e administrativas desenvolvidas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, **declara-se viável a contratação** de empresa especializada para a prestação de serviços continuados **demanutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças**, abrangendo os edifícios Adriana e Sede II do TRF1.

A viabilidade da solução está fundamentada nos seguintes aspectos:

- A **necessidade da contratação** encontra-se claramente caracterizada e devidamente justificada, considerando a essencialidade do funcionamento contínuo e seguro dos elevadores para as atividades institucionais do Tribunal;
- A solução proposta está **alinhada aos objetivos estratégicos do órgão** e às atribuições da Unidade Requisitante, garantindo a continuidade dos serviços essenciais de apoio à atividade-fim;
- A **s quantidades, características técnicas e exigências operacionais** definidas são compatíveis com os requisitos qualitativos e quantitativos necessários ao atendimento integral da demanda identificada;
- A **análise de mercado** evidencia a existência de **pluralidade de empresas** aptas a executar os serviços, favorecendo a competitividade do certame, especialmente em razão da licitação por itens, considerando marcas e prédios distintos;

- A **escolha da solução** foi devidamente justificada, demonstrando-se, sob os aspectos técnico e econômico, como a alternativa que apresenta **melhor custo-benefício**, maior eficiência operacional e menor risco para a Administração;
- A **forma de parcelamento adotada** encontra-se tecnicamente justificada, atendendo ao princípio da ampla competitividade, sem prejuízo à execução contratual ou à economia de escala;
- Os **resultados pretendidos** com a implantação da solução atendem plenamente aos requisitos estabelecidos, agregando valor em termos de **economicidade, eficiência administrativa, melhor aproveitamento dos recursos públicos** e melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade;
- Foram realizadas **estimativas expeditas de preços**, suficientes para subsidiar a avaliação da Administração Superior quanto à viabilidade orçamentária e ao planejamento do provimento dos recursos necessários ao longo da vigência contratual.

Diante do exposto, conclui-se que a solução proposta é **tecnicamente adequada, economicamente viável e administrativamente exequível**, estando apta a prosseguir para as fases subsequentes da contratação, devendo esta declaração ser **referendada pelo titular da Unidade Requisitante e pelo titular da Unidade Beneficiária**, conforme aplicável.

H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

José Arnaldo Martins Costa (diretor - Numob),
Andrey Leonardo Lima e Silva (Supervisor da Sepre)
Daniel de Andrade Santos (Supervisor da Semeq)
Marcelo Lopes Vieira Bezerra (Analista Judiciário Apoio Especializado: Engenharia Elétrica)

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*

Ludmila Rian Alves Walter (TR302012) - Diretora Dieng



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Leonardo Lima e Silva, Supervisor(a) de Seção**, em 27/05/2026, às 11:46 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Lopes Vieira Bezerra, Analista Judiciário**, em 27/05/2026, às 13:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Rian Alves Walter, Diretor(a) de Divisão**, em 28/05/2026, às 12:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Andrade Santos, Supervisor(a) de Seção**, em 28/05/2026, às 13:00 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25212972** e o código CRC **4886BA8B**.